

suas prerrogativas

João Aurélio de Abreu

A emenda das prerrogativas dificilmente será votada este ano. A opinião é do relator da Comissão Mista que examina a melhor forma de devolver ao Poder Legislativo toda a sua autonomia, deputado Cassio Gonçalves (PMDB-MG). Para ele, a reivindicação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva está diretamente ligada ao descrédito por que passa hoje o Congresso Nacional.

Apesar de defender uma Constituinte eleita com a única finalidade de elaborar a nova Constituição, para depois então ocorrer eleições gerais no Brasil, Cassio considera mais importante que pelo menos exista uma Assembléia Nacional Constituinte. Ele acredita que ao retomar plenamente as suas prerrogativas, o Congresso Nacional será visto com outros olhos e as eleições para a Constituinte ocorrerão em circunstâncias mais favoráveis para os deputados e senadores.

Como vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados, Cassio afirma que a Nova República vem cumprindo os seus compromissos de campanha. Cita três deles: o fim do arrocho salarial, a transferência para os trabalhadores do aumento da produtividade e a reposição salarial. Ele concorda que caso realmente haja um aumento de imposto, isso poderá influir negativamente na campanha eleitoral que está em curso.

No dia 31 de outubro ele pretende apresentar o seu parecer final, com a entrega de uma emenda constitucional para os presidentes da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, e do Senado Federal, José Fragelli, para que mobilizem as lideranças partidárias no sentido de levar ao plenário a sua proposta para votação. Mas, por ser um ano eleitoral, a proximidade do fim da campanha acaba por dificultar bastante esse encaminhamento.

JBr - Qual a importância da comissão das prerrogativas?

Cássio - A importância dela está na responsabilidade de entrega de uma proposta de emenda constitucional que possa, efetivamente, devolver ao Poder Legislativo algumas prerrogativas e competências inerentes a ele. Deve-se procurar proporcionar ao Poder Legislativo um bom relacionamento com o Poder Executivo, dando, também, à Nação brasileira uma demonstração de que esse Poder está à altura e corresponde às suas aspirações. Os últimos 20 anos destituíram o Legislativo de suas competências, deixando o Congresso Nacional numa situação ruim perante o povo brasileiro. Hoje, o Congresso Nacional está sendo checado pela imprensa e pela Nação, o que é natural e permite uma oportunidade para que possamos arrumar a casa.

JBr - Quais são essas competências, ou prerrogativas, inerentes do Congresso Nacional?

Cássio - O Poder Legislativo tem 3 funções básicas. Uma que está atualmente relegada a segundo plano, é a função política. Os últimos 20 anos debilitaram toda a ação política no Brasil. No entanto, nesse período de transição e fim do regime autoritário, o Congresso tem dado demonstrações até da maior importância de sua vitalidade e de sua capacidade de articulação política de solucionar impasses.

JBr - Dê alguns exemplos.

Cássio - O Congresso teve um importante papel na campanha das diretas. Claro que aí tivemos o PMDB e os outros partidos políticos, mas eles funcionam muito em razão do Congresso Nacional, dos parlamentares. Outro exemplo foi a campanha de Tancredo Neves, a própria capacidade de articulação do presidente Tancredo deve ser creditada ao Congresso porque ele era um típico representante do Legislativo, visando a substituição dos militares no poder. Agora, inclusive, a compatibilização do Executivo com os movimentos sociais. As outras duas são a legislação ordinária e a fiscalização do Poder Executivo. Nós já tivemos a oportunidade de aprovar algumas medidas importantes e estamos caminhando para outras. Exemplo: reforma do código eleitoral, convocação da Constituinte, eleições diretas para presidente da República e as eleições municipais. Teremos que alterar os dispositivos como medidas de emergência, Lei de Segurança Nacional. Além disso, temos que modernizar o processo legislativo, dando-lhe maior rapidez e eficiência.

JBr - O Sr. não acha que a modificação da legislação eleitoral pode aumentar a credibilidade do Congresso?

Cássio - São duas coisas diferentes. Não acredito que só a retomada das prerrogativas possa dar ao Poder Legislativo todo o respaldo que ele necessita. A legislação eleitoral diz respeito à autenticidade da representação política no Brasil. E um tema difícil em razão da pobreza da organização do povo brasileiro. O Congresso será tanto mais autêntico quanto mais organizado estiver o povo. E quanto mais organizado, melhores os partidos políticos. Esta é uma questão maior. Enquanto não tivermos uma sociedade organizada e consciente politicamente, não teremos partidos políticos representativos, assim como a autenticidade das instituições políticas será bem menor.

JBr - O Sr. acha necessário pôr um fim nos decretos-leis?

Cássio - Pela complexidade da vida em sociedade e das próprias funções do Estado, reconhecemos a necessidade de permitir ao Poder Executivo alguma capacidade legislativa eficaz e rápida. Nesse sentido, está em discussão o instituto do decreto-lei, que existe na maioria das nações modernas. O desgaste do instituto do decreto-lei no Brasil é muito grande devido ao abuso com que o regime autoritário se valeu dele. Estou fazendo um levantamento para examinar a quantidade de decretos no período autoritário e quantos deles atenderam aos pressupostos da Constituição. Posso assegurar que foram poucos.

JBr - O decreto-lei não poderia ficar sob a responsabilidade do Poder Legislativo?

Cássio - O decreto-lei é um instituto típico do Poder Executivo. É uma medida de caráter excepcional. É uma delegação de poderes do Legislativo ao Executivo.

JBr - O Sr. acha que haverá tempo ainda este ano para a votação de sua emenda em plenário?

Cássio - A Comissão entregará essa emenda ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, e do Senado Federal, José Fragelli, no dia primeiro de novembro. A possibilidade dela ser aprovada pelo Congresso Nacional ainda esse ano é tarefa dos presidentes das duas casas. Sei que é muito difícil porque temos as eleições nas capitais em 15 de novembro, temos que reconhecer que não será fácil. Mas, se houver consenso, e for vontade dos parlamentares, poderemos aprová-la ainda este ano.

JBr - A devolução das prerrogativas do Congresso Nacional não pode esperar pela Assembléia Nacional Constituinte?

Cássio - Não há razão para esperarmos a Constituinte. Nada do que decidirmos agora irá diminuir a soberania da Assembléia. Mas, se fizermos um bom trabalho será uma contribuição para a Constituinte. Além disso, teremos um ano inteiro para testarmos os novos dispositivos. Se derem resultados benéficos, não vejo razão para que a Constituinte altere a nossa emenda. Não se justifica que tenhamos que trabalhar o ano inteiro sem essas prerrogativas, se nós temos condições e capacidade para alterar a Constituição agora. Por exemplo, o dispositivo do decreto-lei que vigorou no regime autoritário ainda permanece. O presidente da República apenas não tem se utilizado deste artifício porque assumiu um compromisso com a Aliança Democrática nesse sentido. Por que não alterarmos isso, pelo menos até que venha a Constituinte?

JBr - A retomada das prerrogativas do Congresso não pode fazer com que a Constituinte seja eleita com outro panorama?

Cássio - Está havendo um esforço das lideranças do Congresso tentando compatibilizar a reivindicação da sociedade de uma Constituinte exclusiva e a mensagem do presidente da República. Mas, eu gostaria de ressaltar que não há por parte do Executivo nenhuma pressão no sentido de que a sua emenda prevaleça. O presidente Sarney tem respeitado o Congresso Nacional em suas decisões. O que fundamentou a mensagem presidencial foi a tese de que a convocação da Constituinte deve ser a mais enxuta possível, discutindo-se apenas o ato convocatório. O relator Flávio Bierrembach tem sido sensível aos reclamos da sociedade civil. Por outro lado, há a posição do Congresso de apoiar a mensagem do presidente que prestigia o Congresso Nacional. A posição da sociedade civil decorre muito da atual fase de descrédito porque passa o Congresso. O que é substancial na questão é a convocação da Constituinte, seja ela exclusiva ou não. Os seus membros, de qualquer maneira, serão eleitos pelo povo, e as eleições estão sujeitas às pressões do poder econômico. Temos que estar preocupados é com isso. Não é o fato de ser exclusiva que irá determinar se ela é mais autêntica e soberana, ou não. Se não conseguirmos pôr em funcionamento regras que coibam o poder econômico, sua influência, e garantir a mobilização do povo brasileiro para as próximas eleições, de nada adiantará essa discussão.

JBr - Eu retomo a pergunta. A retomada das prerrogativas do Congresso não minimizariam essa questão?

Cássio - De qualquer maneira a convocação será resolvida ainda este ano. Não tenho nenhuma objeção à tese da Assembléia exclusiva. Até defendo que ela deva ser eleita especificamente para elaborar a nova Constituição, e depois ocorreriam eleições para todos os cargos, desde presidente da República até vereador. Mas, não dou a essa tese a força que algumas entidades vêm dando. Nós poderemos chegar à eleição da Constituinte numa outra situação com o Poder Legislativo funcionando plenamente. O mais importante, por enquanto, é aprovarmos a convocação. Eu não entendo a posição de alguns que têm se mostrado contrários ao ato convocatório. Alguns grupos dentro do Congresso Nacional, lamentavelmente, estão se opondo à convocação, e coincidentemente são grupos de posição bastante à direita ou bastante à esquerda. É lamentável que se coloque em dúvida a necessidade da Constituinte que foi efetivamente decidida em praça pública. O povo exigiu um novo ordenamento jurídico em razão do fim do regime autoritário que durou 20 anos. Existem poderes constituídos, a forma de convocar o poder constituinte originário tem que passar pelos poderes constituídos. Mas, substancialmente não são eles que estão convocando a Assembléia, mas o povo.

JBr - Esses grupos podem pôr em risco a aprovação da Constituinte?

Cássio - Não vejo o menor risco de formalizarmos a convocação, pois a maioria do Congresso tem consciência da importância da Constituinte. É possível que ocorram votos contrários, mas eles não têm a força, e nem montante suficiente para derrotar a convocação em plenário.

JBr - O Sr. também é vice-líder do governo e alguns setores, inclusive dentro do próprio PMDB, vêm reclamando que o governo não está cumprindo as suas promessas de campanha, principalmente no que diz respeito à política salarial. Como o Sr. vê isso?

Cássio - O governo vem cumprindo os compromissos retratados pela Aliança Democrática. Dentre eles não há o compromisso de conceder aumentos trimestrais de salários, como vem sendo dito. Para ficar no exemplo da política salarial, os compromissos são: fim do arrocho salarial, isso significa conceder 100% do INPC nos reajustes salariais; transferência aos trabalhadores do aumento da produtividade; reposição salarial que vem sendo feita com um ritmo compatível com as possibilidades do governo. Durante o ano de 85, já é razoável o nível de aumento real do salário dos trabalhadores. O governo tem cumprido bem os seus compromissos. Não só na política salarial, como na democratização das instituições. O próprio ato de convocação da Constituinte atende ao compromisso básico da Aliança Democrática. Além disso tivemos as instituições das eleições diretas, o respeito à autonomia sindical entre outros avanços.

JBr - O Sr. não considera que os aumentos de impostos anunciados poderão refletir na campanha eleitoral em curso?

Cássio - É claro que aumento de imposto sempre é uma medida impopular em qualquer governo. Dependendo de como venha ter repercussão nas eleições deste ano. Mas, quero ressaltar que uma das características do governo é não ter algo demagogicamente. Ele herdou uma herança terrível do ponto de vista financeiro e moral. Enfrenta problemas de caixa para atender as mais justas reivindicações dos prefeitos e dos trabalhadores. Mesmo assim, vem atendendo no que pode. Se for preciso aumentar a carga tributária, é tarefa do PMDB trabalhar para que isso ocorra principalmente sobre o capital e não sobre o trabalho. Não podemos tirar mais do bolso do trabalhador. Este era um compromisso de Tancredo Neves.

JBr - Quais os próximos passos da comissão das prerrogativas?

Cássio - No próximo dia 10 receberemos os 3 primeiros relatórios parciais que ficaram a cargo dos deputados Flávio Marcílio, Oswaldo Lima Filho e Aécio Cunha. Eles dirão respeito aos dispositivos constitucionais atuais que falam sobre as disposições gerais do Poder Legislativo, suas atribuições, orçamento e fiscalização financeira e orçamentária. No dia 24 apresentaremos um relatório, para emendas e sugestões e no dia 31 apresentamos o parecer final.